



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

12 de julho 2013



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: Ponto de Vista	Data: 12/07/2013
Assunto: Reformas em Joinville		Página: 02

A NOTÍCIA

CASAMENTO DE VIÚVA

Quando alguma coisa acontecia somente após determinada situação estar resolvida, meu tio Lôri costumava dizer: “Depois que a viúva casa é que aparecem pretendentes!” Era sua maneira de exemplificar que por vezes as coisas estão ali, na frente dos olhos, e não se dá bola, não se ligam os radares. Depois, se acha bonito, se deseja.



Duas situações nesta semana me levaram a lembrar do dito e do meu tio que há muito sumiu, ninguém sabe por onde anda, se é que ainda anda. A primeira: o volume de coisas a serem feitas nas escolas da rede estadual em Joinville, que chegaram ao descalabro das interdições e agora as reformas custam horrores e demandam tempo que não existe – ou alguém vai achar normal esperar para fazer o segundo grau com 20 anos?

O custo seria infinitamente menor e os danos à clientela (os alunos) não existiriam se houvesse a simples manutenção constante. Quebrou telha? Conserta! Deu um treco na fiação? Conserta! O cupim roeu um caibro? Arruma! Mas a falta de cuidado (que os governantes preferem pintar como burocracia do sistema) e a fanfarronice dos políticos (que via de regra terminam uma eleição e já estão pensando na outra) deixam a coisa chegar até onde chega.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Opinião

Data: 12/07/2013

Assunto: Escola Conselheiro Mafra

Página: 06

A NOTÍCIA

Na luta pela Conselheiro Mafra



**LUAN KIRIE
DA SILVA BAETA,**

aluno e membro do Grêmio
Estudantil da Escola
Conselheiro Mafra
luan.kirie@hotmail.com

Vejo-me na luta pela Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra desde o ano passado. A história do primeiro colégio estadual de Santa Catarina e do primeiro a ensinar língua portuguesa não pode acabar assim. Simone Schramm (secretária de Desenvolvimento Regional de Joinville) alega que temos salas com poucos alunos, mas podemos explicar claramente esse fato. No início do ano letivo, a escola tinha 650 alunos.

Com a interdição, muitos saíram.

Outro motivo foi a falta de passes de ônibus que deveriam ser um direito de estudantes que vêm de outros bairros. A lista desses alunos deveria ser entregue à Gerência Regional de Educação (Gered) até o dia 4 de março. Mas em qual dia iniciamos as aulas (atrasadas)? No dia 4 de março. Novamente culpa da incompetência do governo estadual, por deixar a escola cair aos pedaços.

Estamos lutando pela restauração do colégio há anos. Desde 2006 somos enrolados pelo Estado sobre o projeto, a licitação e os recursos. Agora, com verba na mão há mais de cinco meses, alegam não ter restaurador para a escola. Desculpe, mas se vocês quisessem restaurar realmente os patrimônios públicos, incluindo a Conselheiro Mafra, teriam feito como o Iphan fez em várias cidades do Brasil: contratado arquitetos, que

facilmente aceitam esse tipo de trabalho.

Agora, diante de nossas pressões, Simone Schramm resolveu conversar com o IFSC, querendo transformar a instituição Conselheiro Mafra em instituto federal, usando como desculpa de que não vale a pena comportar essa quantidade de alunos e que vagas no Celso Ramos serão abertas. Repito: a causa da evasão escolar é o fato de vocês deixarem a educação estadual de lado.

Não culpem a “falta de clientela” ou “escola que não tem futuro”.

Qualquer escola tem futuro.

**Desde 2006
nós somos
enrolados
pelo Estado**

Comportamos mais de 700 alunos, hoje na ACE (que está sendo usada nos dois períodos para auxiliar o atendimento aos alunos) e na Conselheiro, mas temos só 450 pela falta de passe escolar e de reforma ou restauração. Tudo isso acontece por causa do descaso governamental com a educação. Vemos isso desde 2001, quando começaram as especulações imobiliárias, porque a Conselheiro Mafra está em uma área privilegiada no Centro de Joinville.

A luta de anos da família da Conselheiro Mafra está quase no ralo. A quem puder ajudar na pressão a favor da manutenção deste patrimônio – sendo em forma de manifestos, de textos, de entrevistas... –, os alunos, pais e professores que estão juntos com a escola agradecem.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Cidade

Data: 12/07/2013

Assunto: Projovem

Página: 08

ANOTÍCIA

ENSINO

Projovem em busca de mais alunos

O Projovem Urbano, que prevê o término do ensino fundamental e o começo da qualificação profissional para jovens entre 18 e 29 anos, precisa de mais 150 inscritos até o dia 30 de julho. Se não atingir a meta, a próxima edição do curso será suspensa. O número é uma exigência do governo federal para enviar os recursos para o programa.

O projeto, desenvolvido em parceria entre o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação de Joinville, tem duração de um ano e seis meses e oferece bolsa de R\$ 165 para todos os estudantes. A pré-matrícula vai até o dia 30 de julho.

As aulas do terceiro ciclo do Projovem Urbano começam em agosto, sempre das 18h30 às 22 horas. Para fazer a pré-matrícula, o interessado deve procurar a Secretaria Municipal de Educação ou a escola mais próxima.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Política	Data: 12/07/2013
Assunto: Educação: os papéis da família e da escola		Página: 02

JORNAL DE SANTA CATARINA

www.santa.com.br

Educação: os papéis da família e da escola

SÉRGIO LUIZ ALTHOFF

Professor e vice-presidente do Conselho Regional de Biologia

Há algum tempo existe a discussão sobre de quem é a responsabilidade pela educação de nossas crianças. Como professor, acho que o básico deveria ser aprendido em casa, com a família, e a nossa responsabilidade seria a educação formal. Assim deveria ser, mas vemos o governo – em todas as esferas – obrigando os professores a atuar também na educação não formal. Como, por exemplo, verificar se os estudantes da 7ª série escovaram os dentes ou não?

Quem tem razão? Todos. Espera-se que as crianças cheguem nas escolas com o hábito de escovar os dentes. Mas, e se os familiares não o têm? Neste caso, o governo deve fazer esta parte. Detectando este e outros problemas, o governo tem o dever de agir. E quem é o braço do governo para isso? Os professores.

Como professor, acredito que somos a única alternativa para a mudança de hábitos de nossa sociedade. Não falo somente quanto à higiene pessoal, mas da ética, cidadania, sociabilidade, ou seja, da formação das pessoas para que tenhamos um bom futuro.

O problema é que nossos governantes descobriram que um povo culto é mais difícil de governar. Depois de 1964, as coisas pioraram ainda mais, com a desvalorização dos professores. E isso se mantém até os dias de hoje, mesmo com a mudança governamental.

Desculpem os professores, mas é, sim, nossa obrigação educar (mesmo não formalmente) nossos alunos. Estudamos para esta finalidade. É mais uma tarefa imposta aos professores, e sem a devida valorização. É mais trabalho, no mesmo tempo e com o mesmo salário e respeito.

Desculpem-me os governantes, mas vocês não fizeram a lição de casa. Para ar-



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: UOL	Editoria: Educação	Data: 12/07/2013
Assunto: Mestrados semipresenciais beneficiam docentes da rede pública		Página: Online

UOL EDUCAÇÃO

Mestrados semipresenciais beneficiam docentes da rede pública

Carreiras de letras e matemática são pioneiras no gênero

Os professores da rede pública de ensino contam com dois mestrados profissionalizantes stricto sensu, com aulas no formato semipresencial e abrangência nacional. Os mestrados em letras e matemática são pioneiros no gênero e ambos são gratuitos.

Com dois anos de duração, o Profmat é dirigido aos docentes de matemática, que podem continuar lecionando enquanto cursam o mestrado. As primeiras turmas concluíram o programa em abril/maio, sendo 405 formados que obtiveram a titulação de mestres. Em julho/agosto próximos, serão mais 500.

Além de um acréscimo salarial após ter concluído o Profmat neste ano, a professora Raquel Oliveira Bodart, 38, também encontrou motivação extra para se engajar em novos projetos de matemática.

O Profmat prioriza 80% das vagas para os professores que já lecionam na rede pública e o restante para quem tem uma graduação, explica Marcelo Viana, da SBM (Sociedade Brasileira de Matemática), responsável pelo programa.

Há várias instituições de ensino envolvidas, mas, em geral, as aulas presenciais ocorrem em um dia da semana, que pode ser na sexta, no sábado ou no domingo, dependendo da disponibilidade dos discentes. Durante um mês, também é realizado um intensivo presencial, no período de verão, para que as aulas do mestrado não interfiram na atividade regular do professor.

Os discentes podem ainda pedir auxílio financeiro a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), cuja bolsa de estudo é de R\$ 1.500.

"A bolsa permite que os professores abram mão de alguns empregos para dar continuidade ao mestrado", explica Viana, "mas eles não podem se desligar do trabalho realizado na rede pública".

O professor Júlio Cezar Marinho da Fonseca, 28, calcula que gastava, em média, R\$ 450 com cada viagem semanal entre a sua cidade Parintins e a do polo de ensino em Manaus. "A bolsa de estudo, que na época era de R\$ 1.350, não dava para todas as passagens, mas se não tivesse o benefício, não conseguiria terminar o mestrado."

As atividades a distância são realizadas pelo sistema Moodle e podem ser acessadas de qualquer lugar, inclusive nos polos presenciais do programa. A medida é necessária para cobrir o déficit em regiões do Brasil onde o acesso à internet é extremamente precário.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Na próxima seleção, em agosto, são estimadas 1.500 vagas em 69 polos de ensino.

Letras

Com duração de dois anos, o Profletras é voltado a professores de língua portuguesa da rede pública e também utiliza o sistema Moodle para atividades a distância.

O programa tem como diferencial estabelecer a área de concentração de estudo dos mestrados em Linguagens e Letramentos, que cobre duas linhas de pesquisa – uma delas é teoria da Linguagem e Ensino e a outra, Leitura e Produção Textual: diversidade social e práticas docentes.

As provas de admissão para a formação das primeiras turmas estão em andamento, sendo exigido dos candidatos que eles tenham curso superior de licenciatura em letras, habilitação em português, além de ser professor e estar lecionando em escolas públicas, nível fundamental (1º ao 9º anos), de forma permanente.

Há 12.478 professores de português concorrendo a 854 vagas oferecidas em todo o Brasil. Serão 34 instituições de ensino federais e estaduais, totalizando 39 polos no país.

"O curso tem que capitanear os polos de ensino no interior do Brasil para capacitar os professores de língua portuguesa em nível nacional", diz a coordenadora do Profletras, Maria das Graças Soares Rodrigues.

A Capes ainda não anunciou se destinará bolsas de estudo para o Profletras nos mesmos moldes do Profmat. "A promessa é que teremos esse auxílio financeiro para oferecer aos discentes", diz a pró-reitora de pós-graduação da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Edna Maria da Silva, responsável pelo programa.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Cotidiano	Data: 12/07/2013
Assunto: Já ouviu falar no PNE? Pois deveria		Página: C2

EM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL * * * WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

Já ouviu falar no PNE? Pois deveria

É claro que tudo importa quando 50% não têm coleta de esgoto. Mas a minha prioridade ainda é o PNE

Voto distrital com recall? Constituinte específica? Movimentos sociais com CIC e RG? Greves eternas como as neves do Kilimanjaro?

Bem, tudo isso foi antes do início das férias de julho. Bastou começar o recesso escolar e o João Dória abrir oficialmente a temporada de ocupar 30 cm quadrados na calçada da estação de esqui de faz de conta de Campos do Jordão --aquela em que todo mundo torce para acordar em Bariloche, se veste como se morasse a Lapônia e parece pronto para sair esquiando pelas pistas de Aspen, mesmo sabendo que a neve nunca virá-- para a gente esquecer de toda a empolgação contra injustiças sociais, corrupção e a baixa qualidade dos serviços oferecidos.

Está certo que a culpa por tudo o que há de errado não pode ser atribuída apenas a este ou aquele governinho filho de uma égua. Neste pouco mais de mês de manifestações já deu para perceber que existe um quinhão de responsabilidade que cabe a cada um de nós, tenhamos ou não tomado a singela atitude política de deixar de dar bom dia ao porteiro ou passagem no trânsito a quem vem na preferencial.

De 1 milhão nas ruas para a desmobilização quase completa. Paulinho da Força e sua turma não contam. São o equivalente do marketing de si mesmo de um Suplicy cantando "Blowing in the Wind" no plenário.

Mas vamos tirar lição em vez de desanimar. Há um fio condutor na história. Seja do lado das reivindicações, seja das propostas dos governantes, percebe-se falta de propósito na formulação das ideias.

Aberta a temporada de exigências, queremos tudo. Transporte de graça, todos os corruptos no xilindró, remédios de graça, implosão dos estádios da Copa e a amputação dos nove dedos restantes do Lula.

Enquanto isso, no Congresso da vida real, continuam a tramitar projetos que estão lá desde a época dos Croods sem que ninguém dê a mínima. Estamos muito ocupados com a vida social do Sérgio Cabral, com os royalties de um petróleo que eu nunca vi mais gordo e nem sei se vou viver para ver e com a venalidade da Câmara --ZZZZZZZ...!



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Mas tudo isso deveria passar em segundo plano diante de questão maior: educação. Ou a falta que faz.

Em um país que por décadas construiu seu sistema de educação baseado na exclusão da maioria (quem se lembra do famigerado "exame de admissão" que varria 70% dos alunos da escola no 5º ano ginásial?), que sentido tem dar ênfase aos gastos da Copa?

Há mais de dois anos tramita no Congresso o PNE (Plano Nacional de Educação), apresentado pelo MEC, que traça 20 metas para a educação no Brasil para os próximos dez anos. Tudo muito simples, direto, objetivo, claro. E urgente.

Já ouviu falar? Foi para a rua pedir sua aprovação? O plano, importantíssimo, está recebendo a atenção que merece? Óbvio que não. Faz dois anos que ganha uma emenda aqui e outra ali (já passam de 3.000) e continua jogado na gaveta a espera de votação.

É claro que tudo é prioridade num país em que mais de 50% da população não conta com coleta de esgoto. E sabemos que é válido falar sobre médico vindo de Cuba, da China ou de Timbuktu ou sobre violência urbana, arrastão a restaurante da burguesia ou chacina na periferia que aumentaram em razão do tráfico de drogas. Tudo tem importância.

Mas, na minha pauta particular de manifestações, eu priorizo cinco itens: 1) educação; 2) educação; 3) educação; 4) educação e 5) educação. Sem eles, não dá para pensar em nenhuma outra reivindicação.

Barbara Gancia